

Resenha

SOCIOLOGIA RURAL: UM GUIA INTRODUTÓRIO

Rural Sociology: an introductory handbook

Luan Paredes Almeida Alves¹  

Recebido: 22-01-2022

Aprovado: 22-06-2022

MAKINO, Rogério. **Sociologia Rural**: um guia introdutório. Curitiba: Bagai, 2022.

Em sua apresentação, o livro é proposto como um manual didático, que visa a expor os principais temas da Sociologia Rural de forma clara, objetiva e panorâmica, sem os vícios do academicismo, para leigos e iniciantes na área. Está organizado em oito capítulos curtos, nenhum dos quais ultrapassa quatorze páginas. Neles, há apresentação de conceitos, categorias e dados empíricos para familiarizar o leitor com o tema do capítulo sem aprofundar muito. Ao final de cada capítulo, há sugestões de aprofundamentos, como artigos, livros, filmes e podcasts, e, no estilo de livro didático ou paradidático, sugestões de questões para serem discutidas em sala de aula ou pesquisadas em outros materiais.

O primeiro capítulo está estruturado em torno de três assuntos: o problema de se definir o conceito de rural em oposição ao conceito de urbano e vice-versa; a diferenciação entre as expressões “questão agrícola”, “questão agrária” e “questão fundiária”; e, por fim, os principais temas na agenda de pesquisa dos sociólogos rurais. O ponto fraco desse capítulo é que, embora condene a oposição binária e mutuamente excludente entre rural e urbano, a alternativa apresentada pelo autor de um *continuum*, no fundo, legitima essa oposição, mesmo que admitindo a possibilidade de múltiplas combinações entre os dois.

O segundo capítulo discute um dos conceitos-chave da Sociologia Rural, sua origem, seu potencial e limitações explicativas: o campesinato. Indiretamente, trata do problema de usar conceitos que foram criados em um determinado contexto sócio-histórico para analisar outros contextos diferentes do original. O autor inclina-se em favor de que os conceitos

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PPGEL/UNEMAT). E-mail: luan.paredes@unemat.br

podem ser úteis para além do contexto que foram criados, embora não seja tão incisivo em demonstrar como o conceito de campesinato pode ser adequadamente aplicado às experiências históricas brasileiras.

O terceiro capítulo trata da concentração fundiária brasileira. Parte de uma abordagem histórica, chamando atenção para episódios que a favoreceram como as capitâneas hereditárias, a Lei de Terras e o governo dos militares. Nesse capítulo, há um erro no Quadro-Resumo 1, na página 29, que compara os efeitos da Lei de Terras no Brasil (1850) e a Homestead Act (1862) nos Estados Unidos. Na realidade, a primeira lei dificulta o acesso a terra dos pequenos proprietários e a segunda condiciona uma estrutura fundiária mais equitativa.

O quarto capítulo descreve três modelos de desenvolvimento agrário, a partir da metodologia weberiana de construção de tipos ideais. O primeiro modelo é o jeffersoniano, inspirado na política agrária-fundiária do presidente estadunidense Thomas Jefferson, no qual se destacam características como a pequena propriedade, a policultura e a priorização de abastecer com alimentos o mercado interno. O segundo modelo é o de plantation, que é o oposto do jeffersoniano, baseado no latifúndio, na monocultura e na produção para exportação. O terceiro modelo está menos focado na estrutura fundiária e no destino da produção, mas nas técnicas e nos insumos utilizados, que devem estar em consonância com os princípios de sustentabilidade e preservação ambiental. Segundo o autor, no Brasil convivem os três modelos, mas o primeiro é mais empoderado politicamente e, enquanto o resto do mundo esforça-se para fazer uma transição para o terceiro modelo, o Brasil não tem dado a devida atenção ao assunto, especialmente durante o atual governo.

O quinto capítulo tem como objetivo discutir as lutas e as opressões no campo. Expõe a questão do uso de mão de obra escrava de forma legal por quase quatro séculos no Brasil e a persistência de trabalho análogo à escravidão até os dias atuais. Apresenta de forma sucinta algumas categorias de trabalhadores explorados de diferentes formas, como boias-frias, meeiros e arrendatários, e de outras que se veem envolvidas em disputas pela terra como posseiros, quilombolas e indígenas. Em um capítulo que se propõe discutir as lutas no campo, a grande ausência é o tema do MST, que acaba sendo tratado no capítulo seguinte.

O sexto capítulo versa sobre a reforma agrária. O ponto de partida é que, ao contrário de vários outros países (França, Estados Unidos, México, etc.) o Brasil chegou até os anos 1980s sem fazer uma reforma agrária profunda. Após a redemocratização, dois modelos de

reforma agrária foram cogitados: o de mercado, proposto pelo Banco Mundial, no qual os próprios assentados arcariam com o financiamento da sua terra; e o constitucional, no qual o Estado atuaria ativamente, desapropriando terras improdutivas, indenizando expropriários e distribuindo terras e assegurando condições de produção aos assentados. Outro conceito-chave tratado foi o de reforma agrária conservadora para descrever o que aconteceu no Brasil, em que a prioridade era não contrariar – sob hipótese alguma - os interesses da elite rural. Na parte final do capítulo, descreve a trajetória do MST, desde movimentos precursores como as Ligas Camponesas nos anos 1950 até mais contemporaneamente, salientando a construção de uma imagem negativa do movimento para a opinião pública a partir dos meios de comunicação consonantes com os interesses da elite agrária.

O sétimo capítulo apresenta vários aspectos da agricultura familiar. Destaca-se a diferença no uso dessa expressão no Brasil e nos Estados Unidos. No Brasil, predomina a definição legal-jurídica em função de suas implicações práticas, como o acesso aos recursos do PRONAF e a participação no PNAE. O texto é visivelmente apologético a políticas públicas favoráveis à agricultura familiar e, indiretamente, parece tentar associá-la aos paradigmas jeffersoniano e sustentável de desenvolvimento, discutidos no quarto capítulo.

O oitavo capítulo trata de temas que estão na intersecção entre a Sociologia Rural e a Sociologia Ambiental. O foco está em como as mudanças ambientais, em parte condicionadas pela ação antrópica, afetam o mundo rural e podem ameaçar o seu modo de vida e, até mesmo, a humanidade como um todo. Há uma tendência predominantemente pessimista nesse capítulo, como se observa em tópicos como na discussão sobre o Clube de Roma, a teoria malthusiana, o Paradoxo de Terzi e o Paradoxo de Giddens. O tom geral do capítulo é pessimista sobre a questão ambiental.

Analisado à luz da própria proposta do livro, de guia introdutório e de leitura inicial sobre a Sociologia Rural, o livro pode ser útil aos públicos ao qual se destina – leigos, acadêmicos de graduação em seus primeiros semestres e curiosos sobre os temas rurais de outras áreas. Sobre uma das preocupações declaradas na obra, de apresentar o conteúdo de forma clara e direta, os capítulos são curtos, mas há alguns parágrafos longos e alguns jargões sociológicos como “solidariedade mecânica” definido como “baixa especialização ou diferenciação funcional” (MAKINO, 2022, p. 48).

De uma forma geral, eles não comprometem a compreensão geral dos temas para os leitores mais proficientes, mesmo que leigos na área.

Referências

MAKINO, Rogério. **Sociologia Rural**: um guia introdutório. Curitiba: Bagai, 2022.